

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

SIRLEI RIBEIRO

“QUE COR É A NUVEM PROFESSORA? ”
NARRATIVAS DE UMA PROFESSORA INDÍGENA KAINGANG EM FORMAÇÃO.

Porto Alegre
1. Semestre
2017

SIRLEI RIBEIRO

“QUE COR É A NUVEM PROFESSORA? ”
NARRATIVAS DE UMA PROFESSORA INDÍGENA KAINGANG EM FORMAÇÃO

Trabalho apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do Grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Darli Collares

Porto Alegre

1. Semestre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Ribeiro, Sirlei
"QUE COR É A NUVEM PROFESSORA? " NARRATIVAS DE UMA
PROFESSORA INDÍGENA KAINGANG EM FORMAÇÃO. / Sirlei
Ribeiro. -- 2017.
52 f.

Orientador: Darli Collares.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Educação, Licenciatura em Pedagogia, Porto Alegre,
BR-RS, 2017.

1. Educação Indígena. 2. Identidade Docente . 3.
Narrativas . 4. Autonomia . I. Collares, Darli,
orient. II. Título.

Em memória à minha mãe que, mesmo não estando presente fisicamente, sei que, onde quer que esteja, está orgulhosa pela minha conquista.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, neste momento especial, quero agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por ter aberto as portas para o ingresso específico e diferenciado, permitindo aos alunos ingressarem pelo sistema de cotas.

Também sou imensamente grata aos professores, mestres e doutores da Faculdade de Educação (FACED) que contribuíram com seus conhecimentos e suas experiências profissionais para meu crescimento profissional enquanto mediadora do conhecimento.

Agradeço especialmente à minha querida e amada orientadora professora D^a Darli Collares, que tanto cedeu de seu tempo para que este trabalho pudesse sair da melhor forma possível. Também pela oportunidade de ser sua bolsista em um período singular da graduação, assim como o seu comprometimento e suas responsabilidades de orientação.

À professora Rose Superti, profissional muito dedicada. Com ela, aprendi muito, principalmente sobre o papel específico da professora na sala de aula. Manifesto também meu agradecimento especial aos seus alunos da turma A11, que me proporcionaram inúmeros momentos de aprendizagens e inquietações ao conduzir minha prática docente.

Aos professores e às professoras protagonistas deste objeto de estudo, pois sem os mesmos não haveria condições de seguir a pesquisa adiante. Por isso deixo-lhes meus sinceros agradecimentos.

Agradeço enormemente à família Mânica, Sr. Edemar, Sr.^a Paula, Pamela e Paloma uma das mais maravilhosas que conheci em Porto Alegre, com quem sempre pude contar, com o carinho e atenção, sempre nos momentos em que mais precisei, bem como o apoio e compreensão que tiveram desde quando passei a fazer parte de suas vidas.

Agradeço principalmente à Sr.^a Adriana por ter confiado em mim para cuidar de seus amados filhos Gabriel e Juliane, os quais foram inspiradores de minha decisão ao fazer o vestibular na área da educação, e por ter acreditado em minha competência de retomar os meus estudos.

Ao meu marido Leandro, que sempre esteve ao meu lado desde muito antes de minha entrada no curso. Sou imensamente grata pelo incentivo que sempre me deu e ainda vem me dando, pelo carinho que, muitas vezes, não pude corresponder

pelo fato de estar muito empenhada nos trabalhos acadêmicos, pelo auxílio que precisei em alguns momentos e, principalmente, pelo amor que a cada dia nos torna melhor um para o outro.

Aos meus filhos Robert e Leona, que a cada dia me trazem alegria do significado de ser mãe, tenham a infinita certeza que vocês são os anjos que vieram iluminar a minha vida e que sempre estarão em primeiro lugar em meus planos futuros.

Aos meus pais, que me deram a vida e me educaram a vivê-la com honestidade e respeito à natureza, que me guiaram nos caminhos difíceis com carinho e muita dedicação, para que eu continuasse sem receio dos obstáculos da vida.

Aos meus irmãos Lorinelson, Antônia, Ângela e Miller que sempre estiveram ao meu lado nos momentos em que mais precisei, dando-me força e apoio nas mais variadas situações da vida.

Às lideranças das comunidades indígenas que contribuíram com minha presença na universidade, as quais vem seguindo o processo de ingresso e também da permanência dos universitários indígenas que ingressaram desde do ano de 2008.

À Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAF), que corrobora o compromisso da UFRGS nas políticas que reduzem as desigualdades sociais dentro da universidade. Oportunizando os alunos ingressantes de escolas públicas, bem como os alunos indígenas a terem acesso ao ensino superior público.

Às pessoas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), pela disponibilidade de atendimento e competência em relações às demandas particulares dos estudantes desta universidade. Em especial a Patrícia, Geovana e à Greice.

Às pessoas que coordenam a Casa do Estudante Universitário (CEU), pelo acolhimento quando entrei na Universidade. Fica meu agradecimento especial à Liciê, à Elenice, à Bethe e à Vera a qual é atual coordenadora.

Aos alunos, meus colegas, que fizeram parte de minha caminhada durante a graduação, mesmo que por um período curto, mas que terão um lugar especial em minha memória. Em particular à Andreia, à Lissane, à Mariana e aos que ainda irão fazer parte de minha construção como docente.

Aos professores Bruno Ferreira e a Maria Aparecida Bergamashi, que se disponibilizaram a ler minuciosamente este trabalho, participando da banca avaliadora.

A todos, o meu muito obrigada!

A pedagogia tem no seu cerne a figura e o papel do pedagogo, de alguém que aprendeu o viver humano, seus saberes e valores, os significados da cultura, a falar, a dominar a fala, a razão do juízo. Consequentemente, está capacitado a formar a infância, os 'in-fans' não falantes, os aprendizes humanos. Toda relação educativa será o encontro dos mestres do viver e do ser, com os iniciantes nas artes de viver e de ser gente.

Miguel Arroyo

RESUMEN

El objetivo de este trabajo de conclusión de curso es intentar comprender los caminos que se recorren para la constitución de la docencia en el ámbito de la educación indígena. En esta perspectiva, se tuvo como hilo conductor de la investigación la siguiente pregunta: ¿cómo se constituye la identidad docente en el campo de la educación indígena? Al mismo tiempo intenté hacer una reflexión sobre el desarrollo de este papel primordial del educador. Para ello, presento una investigación cualitativa con característica narrativa. Siendo así, este estudio considera los conceptos de aprendizaje, educación indígena, autonomía e identidad docente. Participaron de este trabajo tres profesoras indígenas Kaingang de escuelas del estado del uno municipio de Río Grande do Sul. La elaboración y producción de datos se dio a partir de los materiales construidos en el recorrido de la práctica pedagógica del sexto semestre, documentos producidos a lo largo del curso curricular obligatorio, un cuestionario y mis memorias. A partir de las narrativas, fue posible entender mejor cómo se constituye la identidad docente de la educación indígena.

Palabra chave: educación indígena, identidad docente, narrativas, autonomía.

RESUMO

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é tentar compreender os caminhos que são percorridos para a constituição da docência no âmbito da educação indígena. Nesta perspectiva, teve-se como fio condutor da pesquisa a seguinte pergunta: como se constitui a identidade docente no campo da educação indígena? Ao mesmo tempo procurei fazer uma reflexão sobre o desenvolvimento deste papel primordial do educador. Para tanto, apresento uma pesquisa qualitativa com característica narrativa. Sendo assim, este estudo considera os conceitos de aprendizagem, educação indígena, autonomia e identidade docente. Participaram deste trabalho três professoras indígenas Kaingang de escolas estaduais de um município do Rio Grande do Sul. A elaboração e produção de dados se deu a partir dos materiais construídos no percorrer da prática pedagógica do sexto semestre, documentos produzidos ao longo do estágio curricular obrigatório, um questionário e minhas memórias. A partir das narrativas, foi possível entender melhor como se constitui a identidade docente da educação indígena, o que me permite afirmar que não existe apenas uma identidade docente e sim, uma construção constante desta identidade.

Palavra-chave: educação indígena, identidade docente, narrativas, autonomia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Atividade de recorte	18
Figura 2 – Atividade com dado	18

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	12
2. REVIVENDO MINHAS MEMÓRIAS: UM CAMINHO QUE CONDUZ À PESQUISA.....	14
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS	22
4. MARCO TEÓRICO	25
4.1. Aprendizagem	25
4.2. Educação Indígena	27
4.3. Autonomia	29
4.4. Identidade Docente	31
5. DIALOGANDO COM DOCENTES INDÍGENAS KAINGANGS	34
6. PROFESSORES INDÍGENAS EM CONSTANTE FORMAÇÃO	47
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE.....	52

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem como propósito a investigação do conceito de docência no campo da educação indígena, averiguando a construção deste conceito, tendo como pergunta norteadora: como se constitui a identidade docente no campo da educação indígena? Constitui-se, então, em uma narrativa acerca das experiências de docência de professoras indígenas que exercem suas profissões diretamente nas escolas que se encontram localizadas nas comunidades indígenas. Com isso, procuro dar enfoque a um momento marcante desta caminhada de docência, ressaltando as aprendizagens dos alunos desses professores protagonistas deste trabalho, incluindo-me, textualmente, como docente em construção.

Para tanto é imprescindível destacar um pouco do que vivenciei nas minhas práticas pedagógicas do curso que ora concluo. A prática pedagógica é uma atividade que acontece nas escolas por um período de duas semanas, sendo a primeira para fazer observação e planejamento a partir do contexto observado na sala de aula e a segunda para colocar em prática o que se planejou. Darei ênfase em alguns pontos específicos desta caminhada que tive na universidade e farei também uma reflexão analítica dessas vivências, em especial às relacionadas ao estágio, onde atuei diretamente como professora no sétimo semestre do curso.

Nesse sentido, procuro trazer exemplos dessas narrativas descritas por meio de um questionário enviado aos professores que ensinam nesse campo da educação que se diz específico e diferenciado. Consequentemente, ressalto a importância de trazer alguns conceitos mediadores deste trabalho: aprendizagens, educação indígena, autonomia e identidade docente. Trago esses conceitos pela importância que eles exercem em um contexto educacional, pois se encontram presentes em todas as áreas que envolvem a educação, sejam em ambientes formais ou informais, assim como na educação indígena e na não indígena.

Nesse sentido, os objetivos da pesquisa são: tentar compreender os caminhos que são percorridos para a constituição da docência e, ao mesmo tempo, fazer uma reflexão sobre o desenvolvimento deste papel primordial do educador. Mas saliento

que não irei expor nenhuma receita de como se constitui a docência, meu objetivo é pensá-la.

Para esta finalidade, desenvolvi uma pesquisa qualitativa com característica narrativa, visto que esta forma de estudo favorece uma abordagem mais precisa em relação aos sujeitos que serão investigados. A intenção da utilidade desse tipo de instrumento se deve ao fato de que aproxima o pesquisador, informante e o leitor. Pois sempre há uma forma de se expressar as experiências narrativamente:

na verdade, as narrativas são infinitas em sua variedade, e nós as encontramos em todo lugar. Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar; contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal. Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam uma experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeira de acontecimentos que constroem na vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que avaliam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal. (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2002, p. 91)

Para tanto, o estudo considera a coleta de dados desta pesquisa predominantemente descritiva. Utilizou-se como instrumento metodológico um questionário contendo algumas perguntas. Como esta pesquisa não se limita às experiências narradas através deste questionário, conseqüentemente, englobo minhas experiências a partir dos momentos propostos por algumas disciplinas do curso. Assim sendo, no 2 capítulo, trago um pouco de minhas lembranças acerca das minhas vivências escolares e o caminho que me levou a problematizar este tema sobre a constituição da identidade docente. No capítulo 3, apresento os caminhos metodológicos da pesquisa, expondo os instrumentos metodológicos aplicados neste estudo, ao mesmo tempo em que discorro sobre a ação que me levou a buscar mais informações para entender melhor o tema a ser investigado. No capítulo 4, referente ao marco teórico, é onde eu apresento, desenvolvo e problematizo os conceitos trazidos neste trabalho. No capítulo 5, analiso três questionários para entender melhor o modo de ser professora indígena Kaingang. Por último, finalizei este estudo refletindo sobre o que fui problematizando no desenvolvimento dos capítulos anteriores, constatando que nossas identidades estão constantemente em transformação, uma vez que não somos os mesmos depois de uma experiência na sala de aula.

2. REVIVENDO MINHAS MEMÓRIAS: UM CAMINHO QUE CONDUZ À PESQUISA

As memórias do meu tempo de escola irão ajudar neste capítulo, em razão disso, utilizo-me de minhas lembranças, pois é difícil começar esse exercício de escrita sem falar um pouco de minha trajetória escolar. Por isso farei uma síntese do caminho que foi percorrido até chegar neste momento tão especial que é a conclusão de minha Graduação em Pedagogia. Chegou a tão esperada hora de dar voz a minha história! Ou mesmo uma pincelada dela!

Iniciarei minha narração a partir do ano de 1994, ano em que iniciei meus estudos na alfabetização, na escola indígena “Três Soitas”. Na época, o ensino denominava-se primeira série. Lembro-me dos meus primeiros dias de aula, momentos marcantes devido ao meio em que estava sendo inserida, diferente do que estava acostumada. Apesar de ser uma escola indígena, eram, em sua maioria, professores não indígenas que lá atuavam. No entanto, havia apenas uma professora indígena a qual se chama Maria Inês de Freitas.

A partir deste momento mantive contato com inúmeras crianças e muitos eram os meus colegas. A turma a qual eu pertencia tinha em torno de onze crianças, dentre as quais, dez eram indígenas e um não indígena. Lembro-me muito bem do nome deste colega não indígena: Luís Carlos. Todos nós éramos muito unidos tanto nas brincadeiras quanto nas atividades escolares. Nesse período, eu tinha em torno de seis anos de idade. As práticas vivenciadas em relação aos saberes da escola naquele tempo de alfabetização eram, em sua maioria, atividades de folhas, onde tínhamos que ligar pontos uns nos outros para ver que tipo de figura era construída, além de pintar desenhos já prontos na folha. Também ouvíamos histórias narradas pela professora.

Naquela época a escola tinha um total de 150 alunos e todos nós, a cada início de ano, ganhávamos uma pasta preta de couro sintético sem alça, integrada de zíper e um pequeno bolso transparente, para que pudéssemos carregar nossos materiais tais, como caderno pautado de capa mole, lápis e borracha. Ainda me recordo de todas as salas de aula, inclusive daquela em que estudava. As mesas e cadeiras eram de madeiras rústicas e conjugadas. Sendo que cada uma dessas classes poderia formar grupos de duas crianças. No entanto, isso quase não acontecia, há não ser

quando fazíamos algum trabalho com pintura utilizando tinta guache, pois tínhamos que dividir os materiais que usávamos.

No ano em que cursei a terceira série, houve uma pequena indecisão no início do ano entre as professoras que atuavam na segunda e na terceira série. Este foi um momento muito marcante para mim, pois acredito que não havia uma concordância entre elas de colocarem-me na terceira série. O fato ocorreu da seguinte forma: estava eu de volta na mesma turma do ano anterior, porém, todos os meus colegas eram outros, mas era a mesma professora. Entretanto, a professora da terceira série, chegou em minha sala e disse: “Sirlei, você vem comigo, agora você é minha aluna”. Enquanto isso acontecia, a professora da turma em que me encontrava havia se ausentado, dirigindo-se até a secretaria para pegar giz colorido. Contudo, sem entender nada, peguei meus materiais e segui para a turma da terceira série. Mas no meio do caminho, ou seja, no corredor da escola, nos encontramos com a professora da turma que eu estava até então. Ela perguntou! “Onde você está levando minha aluna?” A outra professora respondeu “este ano ela vai para a terceira”, já afirmando. Todo esse acontecimento me fez refletir sobre o ensino daquela época, será que as professoras tinham reuniões pedagógicas para falarem das aprendizagens dos alunos, como acontece na atualidade? E quanto à bagagem de conhecimentos culturais, valores que são transmitidos pelos responsáveis¹ das crianças? Naquele tempo não nos era permitido falar em língua kaingang na escola, pois éramos ensinados somente em língua portuguesa em todas as atividades propostas pela escola. Entretanto, no quarto ano, chegou um professor novo, o qual dava aula somente em língua kaingang. Segundo ele, estava ali para ajudar a fortalecer a nossa língua materna, pois a mesma estava sendo perdida com o passar dos anos. Refletindo nessa fala, penso que a partir daí, surgiram projetos para tratar das questões específicas das comunidades indígenas, em especial a língua Kaingang. Mas lembro que era um período muito curto que ele ficava na sala com a turma, após alguns meses, ele não apareceu mais para dar aula. Então retornamos a ficar sem aulas da língua Kaingang.

Outro momento marcante da minha vida foi aquele em que eu e minha prima Ciclei íamos para escola no período da manhã. Tempo em que estávamos na quinta

¹ A palavra responsável aqui neste trabalho, é entendida como responsabilidade não somente do pai ou da mãe, mas sim de um conjunto de pessoas que compõe a família de uma criança que faz parte da comunidade indígena.

série. Rememoro o quanto éramos felizes, não que eu não o fosse antes disso, mas o fato é que compartilhávamos todas as situações marcantes no decorrer de todas as aulas uma para a outra. Quando nos organizávamos para irmos para as aulas, íamos tomar banho cedo no rio, mesmo quando era inverno, adorávamos ver a fumacinha saindo do nosso corpo. Isso também é memorável pelo fato de nossos pais nos dizerem que, ao tomarmos banho cedo, nos tornaríamos mais resistentes ao frio, além de que isso nos deixaria mais atentas para as aulas. Quando seguíamos o caminho da escola íamos brincando na geada, mais precisamente deslizando sobre o gramado todo coberto pela geada. Imaginávamos que éramos pessoas esquiando no polo norte, onde os professores nos ensinavam como esqui e como escrever no gelo. Ao retornarmos para nossas casas, da escola, amarrávamos um macinho do nosso cabelo em uma do cabelo da outra para que ninguém nos separasse. Esses momentos nos faziam refletir sobre as aulas, pois além de contar uma para a outra as situações mais marcantes, pensávamos em como seria nossas vidas quando crescêssemos. “Será que vamos usar tudo que aprendemos hoje na escola? E as coisas que não entendemos muito bem, como vai ficar? Será que vamos ter problemas de não entender algumas coisas?” Eram questões que fazíamos uma para a outra após as aulas que tínhamos. Recordo-me que usávamos livros didáticos entre a segunda e quinta série. Nesse tempo, muitas vezes, a professora solicitava que copiássemos textos do livro e, uma vez copiado, nos entregava folhas com questões para responder. Outras vezes ela escrevia o texto no quadro para copiarmos e, em seguida, toda a turma deveria ler em conjunto, fazendo uma espécie de coral na sala. Adorava esses momentos!

Logo após cursar toda a primeira série até o quinto ano nesta mesma escola, eu e minha família nos mudamos para aldeia Pedra Lisa, onde morava minha avó paterna. Fomos morar com ela devido ao fato de não ter o sexto ano na escola em que eu vinha estudando até então. Mas lá nesta aldeia também não havia sexto ano, então meu pai fez minha matrícula na Escola Estadual de Educação Básica Professora Cléia Salete Dalberto localizada no centro da cidade de Tenente Portela. Lá, de certa forma, ficaria mais perto para que eu pudesse continuar os meus estudos.

Lembro-me que fiquei nesta escola até a metade da oitava série. As atividades eram maravilhosas, pois tínhamos um professor para cada disciplina. Recordo-me de como era feita a maioria das provas, oralmente. Um exemplo seriam as provas da disciplina de geografia, as quais, muitas vezes, eram feitas no ginásio da escola. A

professora perguntava para cada aluno o nome de dez Estados e suas capitais, sendo que cada prova valia dez pontos. Participávamos de interséries e feiras de ciências, sem contar o grupo de esporte chamado Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) em período oposto ao das aulas (se as aulas eram de manhã, as atividades do grupo eram à tarde e vice-versa). Nesse grupo havia vários tipos de esportes, tais como: voleibol, futsal de quadra, futebol de areia, natação, jogos de mesa, etc. Também contávamos com um kit esporte composto de: toalha, camiseta manga curta e manga longa, bermuda, calça, tênis e meias (material patrocinado pelo Banco do Brasil).

No entanto, não fiquei na referida escola devido ao fato de ter um desejo muito grande de ser professora. Por essa razão, procurei a escola Instituto de Educação CENECISTA Tenente Portela (CNC), pois era a única escola da cidade que oferecia o curso de magistério e foi onde fiz minha matrícula, para que eu pudesse vir a atuar como professora futuramente. Encantei-me com a forma com que as professoras trabalhavam suas metodologias, nos orientavam para elaborar materiais didáticos, para que, quando fôssemos para o estágio, tivéssemos muitas ideias. Mas após três meses de aula nesse curso, fiquei grávida do meu primeiro filho. Por esse motivo, tive que interromper meus estudos, já que as aulas eram no turno da tarde e nessa época fazia muito calor. Eu ia a pé para as aulas. Não havia transporte da aldeia para as escolas na cidade. Como eu passava mal no caminho, optei por estudar à noite, deixando de fazer o tão desejado curso de magistério. Comecei na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos – supletivo (EJA). Porém, para fazer nesta modalidade, tive que retornar para a Escola Estadual Professora Cléia Salete Dalberto, a qual oferecia esse tipo de ensino no período da noite. O curso funcionava de forma diferente. O ensino médio nesta modalidade se fazia em apenas um ano e meio, já no ensino regular é feito em três anos. Mas para estudar na modalidade da EJA tem uma idade mínima para poder fazer a matrícula, que é dezessete anos. Todavia, cursei somente um semestre, concluindo apenas o primeiro ano nessa escola. Entretanto tive que interromper mais uma vez meus estudos, uma vez que eu tinha de trabalhar para dar conta das necessidades básicas do meu filho.

Em julho de 2004, vim morar em Porto Alegre, pois além de haver uma oferta melhor de emprego, uma de minhas irmãs já morava por aqui. Mas somente voltei a estudar no segundo semestre de 2006, fazendo, então, as disciplinas do ensino médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos – Supletivo, na Escola Estadual

Paulo Freire de Porto Alegre. No entanto, apenas no segundo semestre de 2008 foi possível concluir o ensino médio.

Finalmente em 2010, prestei vestibular específico para estudantes indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Participei do vestibular somente para conhecer como eram aplicadas as provas, inscrevendo-me no Curso de Licenciatura em Matemática, uma vez que, naquele ano, não houve vaga para o curso de Pedagogia, o qual gostaria muito de fazer. No entanto, isso não foi motivo para que eu não realizasse as provas. Fui classificada em primeiro lugar para o curso em que havia me inscrito. Entretanto, logo no primeiro semestre percebi que não era exatamente o que gostaria de continuar fazendo, pois foram encontradas inúmeras dificuldades: locomoção, horários e, principalmente, em relação às especificidades do curso. Entre tantas situações apresentadas, pensei na possibilidade de trocar de curso, mas não havia nenhuma chance de troca, já que o ingresso era de modo diferenciado. Diante disso, fui questionar a Secretaria de Assistência Estudantil (SAE), a qual tratava dos assuntos relativos às políticas de acolhimento aos estudantes. Quais eram os meus direitos como estudante desta universidade? Mesmo estando na universidade, parecia que não fazia parte dela, pois não fazia sentido a universidade abrir as vagas para esse sistema de ingresso, sendo que não havia apoio de permanência ou troca de curso e menos, ainda, monitoria para os estudantes Indígenas. No ano subsequente, retornei na SAE solicitando novamente a troca de curso, foi então que uma das funcionárias me orientou a fazer uma carta e entrar com um processo no DECORDI², explicando minha situação e o desejo de cursar Licenciatura em Pedagogia. Sendo assim, em janeiro de 2012, recebi a tão esperada notícia de que havia conseguido a transferência para o curso pretendido.

Em 2012, iniciei o curso de Licenciatura em Pedagogia. Lembro-me da noite anterior ao início das minhas aulas, não conseguia dormir de ansiedade, pensando na possibilidade de ir em busca de novas fontes de conhecimento, novas amizades e novas experiências³ e, é claro, de estar “lá” no tão esperado e desejado curso, onde

² Conforme o site da própria universidade (UFRGS). O DECORDI “é o departamento que dialoga com os estudantes sendo responsável pelo atendimento a comunidade acadêmica desde o início de seu vínculo até a diplomação”.

³ Cito as ideia de Larrosa (2002) para exemplificar meu entendimento sobre experiências: “A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo e suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os

haveria novas teorias e novos professores, os quais foram uma inspiração por meio de suas metodologias de ensino. Aprendi que existem formas de trabalhar os conteúdos curriculares, principalmente na área da matemática onde também se trabalha com materiais concretos, diferente da época que estava nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Também cabe ressaltar a importância de se trabalhar por meio de projetos de trabalhos. Esse tipo de abordagem ficou explícito nas aulas de Educação em Ciências Naturais, Ciência Sócio-histórica e Geografia, as quais, em alguns momentos, foram trabalhadas utilizando esta metodologia de ensino.

Refletindo sobre isso, penso que aprendi muito no decorrer do curso, principalmente no que está relacionado a diferentes teóricos e seus modos de pensar ou até mesmo como aplicar seus conceitos na área da educação. Esses aportes nos possibilitam um novo olhar sobre a educação escolar, seja ela indígena ou não, eles nos dão um pouco mais de segurança para atuarmos na sala de aula. Destaco um exemplo sobre a teoria da língua escrita das autoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky, as quais fazem um estudo da “Psicogênese da língua escrita”, apresentado dados coletados de pesquisas científicas focalizadas no processo linguístico de crianças de 4 a 6 anos. Nesse estudo elas apresentam as etapas desse processo, nos permitindo interpretar a forma das escritas das crianças em processo de alfabetização.

Nesses percursos de aprendizagens que a universidade me ofereceu, também tive o privilégio de participar de uma bolsa de Iniciação Científica (IC), no período de março de 2014 a julho de 2015, sob orientação da professora Darli Collares. A pesquisa realizada tinha por título “Ação-reflexão-ação: a coordenação das ações definindo caminhos”, tendo como objetivo compreender as aprendizagens e curiosidades das crianças na sala de aula, sob o enfoque da relação que a criança estabelece entre a leitura de imagens e escrita. As atividades foram propostas em uma turma multisseriada do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, de uma escola localizada em uma aldeia indígena de Porto Alegre, resultando em uma apresentação no XXVII Salão de Iniciação Científica da UFRGS do trabalho “LETRAS, NÚMEROS, SINAIS DE PONTUAÇÃO E IMAGENS: RELAÇÕES E POSSIBILIDADES DE LEITURA ESTABELECIDAS POR CRIANÇAS INDÍGENAS”. Esse trabalho possibilitou meu contato direto com as crianças na sala de aula, na qual pude fazer a relação entre teoria e a realidade pedagógicas. Devo ressaltar a importância desse

ouvidos, falar sobre o que acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivara arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (LARROSA BONDÍA, P.24).

exercício como pesquisadora, pois instigou ainda mais a vontade de atuar como docente, reacendendo a magia da docência em mim.

Em 2016, também participei como monitora do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos sobre Coordenação das Ações e o Ensinar e Aprender (NECAEA) do programa pós-graduação. Minha atividade nessa bolsa era de enviar e responder e-mails, ler e enviar textos para os integrantes do grupo e fazer atas das reuniões que aconteciam, quinzenalmente. Nesses encontros havia reflexões das leituras, decisões sobre os encontros seguintes, organização de evento. Dentre o período de janeiro de 2016 a janeiro 2017, organizamos o evento chamado de “ Diálogos atuais: pesquisa e docência”. Nesse evento os professores deste grupo apresentaram pesquisas concluídas e em desenvolvimento. Assim, em parceria com a profa. Dra. Gessilda Cavaleiro Müller, foi possível minha apresentação em um dos painéis chamado “investigação e docência nos anos iniciais”. Nesse painel foi relatado nossas experiências de intervenção pedagógica na área da Matemática e Ciência da Natureza desenvolvido com professores e alunos do Ensino Fundamental nos anos de 2013 e 2015, nas escolas municipais de Porto Alegre/RS e Salvador/BA.

Retomando o curso em si, concluo este capítulo relatando o momento em que ocorreram minhas inquietações a respeito da identidade docente, pois foi uma das falas e ações mais marcantes em minhas vivências das semanas de práticas pedagógicas ocorridas no sexto semestre do curso. Durante esta atividade docente, a professora em formação tem as primeiras semanas de observação para a coleta de dados sobre a rotina da turma e suas aprendizagens. Subsequentemente, ela deve analisar esses dados para elaboração de planejamentos semanais conforme o contexto apresentado. As semanas seguintes são dedicadas a elaboração e execução de planejamentos e reflexões da prática docente e o desenvolvimento de um projeto didático do interesse da turma, mas que continue contemplando as aprendizagens dos alunos.

Houve um momento muito marcante no último dia de observação da semana de prática pedagógica do sexto semestre. Encontrava-me anotando a atividade que a professora estava desenvolvendo no dia com sua turma. Subitamente, ocorreu uma pergunta espontânea de um aluno para a professora da seguinte forma: “que cor é a nuvem, professora? ”. A professora, então, respondeu com todo o amor e carinho, dizendo “porque você mesmo não vai ver lá fora”. Essa situação foi tão marcante que me levou a pensar sobre a forma como se constitui a identidade docente em meio ao

âmbito da educação indígena. Na semana subsequente, procurei desenvolver as propostas pensadas, tendo esta cena como referência. Procurei ter a mesma desenvoltura que a professora mostrava ao trabalhar com a turma. Dessa forma, teve-se como fio condutor “a ludicidade na aprendizagem”, considerei esta temática digna de ser estudada pela importância que o tema oferece para o desenvolvimento das crianças desta seriação. Através de atividades lúdicas as aprendizagens acontecem com mais facilidade. Para tanto, utilizei como fundamentação teórica, Feijó (1992) e Winnicott (1975), os quais argumentam sobre a importância do brincar. Sendo assim, os princípios desta prática pedagógica foram: propor atividades em que a aprendizagem se dessem por meio da ludicidade, a valorização das produções dos alunos, e dar ênfase à afetividade nas tratativas entre alunos e professores.

Trago, assim, dois exemplos de atividades que retratam a semana que fiquei com a turma, uma que não funcionou do jeito esperado e outra que funcionou de acordo com as propostas elaboradas. A última, ocorrida na quarta-feira, aconteceu conforme se planejou, pois todos os alunos conseguiram encontrar as letras dos seus nomes e recortar sozinhos. A atividade que não funcionou do jeito esperado, aconteceu logo na segunda-feira no período da educação física. Os objetivos desta atividade eram: conhecer as letras do alfabeto, identificar quais delas pertenciam ao seu nome. Entretanto, eles quiseram apenas jogar o dado para cima e tentavam pegá-lo no ar. Refletindo sobre o que aconteceu naquele dia, penso que eu deveria ter entregue o dado para que eles explorassem primeiro, para depois propor a atividade. Na sequência coloco as duas imagens das cenas relatadas.

Atividade que funcionou



Figura 1 – Atividade de recorte.

Atividade que não funcionou



Figura 2 – Atividade com dado.

A partir dessa situação, construí minha proposta de estudo para a realização deste trabalho e percorri caminhos inusitados e gratificantes de aprendizagem.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Em meio a inúmeras vivências no contexto escolar também surgiram inúmeros temas interessantes de serem investigados. No entanto, para a construção deste trabalho, optei pela temática relativa aos professores indígenas. Mais especificamente a constituição da identidade docente desses professores. Para conduzir este tema foi necessário a retomada dos documentos e trabalhos produzidos no contexto da educação indígena, uma vez que, durante minhas práticas pedagógicas sempre procurei estar envolvida com a temática da educação escolar e com as comunidades indígenas que estão localizadas em Porto Alegre. Para isso, vale destacar as aldeias em que ocorreram essas práticas. Sendo elas: Lomba do Pinheiro, localizada na zona leste e Morro do osso, na Zona Sul da cidade.

Ainda sobre a escolha desta temática, é importante destacar que ela se deu pelo fato de minhas inquietações serem mais pulsantes sobre a construção da identidade docente. Será que houve um desejo cativante (assim como os que tive) nas professoras e nos professores indígenas que atuam nas salas de aula? Houve algumas curiosidades ou inquietações para serem profissionais que orientam, instruem crianças, jovens e adultos? Ou ainda, teriam eles se tornado professores apenas por haver demanda nas comunidades em que moravam? Por que indago isso? Houve um tempo em que fui convidada por lideranças da comunidade em que morava para trabalhar como professora. No entanto, tinha apenas 16 anos e me senti muito nova para assumir um compromisso tão importante na comunidade. Para tentar responder esses questionamentos vou me valer da pergunta norteadora da pesquisa: como se constitui a identidade docente no campo da educação indígena?

A minha pesquisa ocupa-se de uma abordagem qualitativa, dado que este tipo de abordagem, segundo Minayo “responde a questões muito particulares”. Mais adiante, a autora reforça seus argumentos dizendo que “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser produzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p.21). Assim, foram utilizados como instrumentos de produção de dados os materiais construídos na prática pedagógica do sexto semestre, documentos produzidos no percorrer do estágio curricular obrigatório, questionário e levantamento bibliográfico.

Ao perscrutar os documentos elaborados para as práticas pedagógicas e também as do período de estágio, me encontrei com poucas situações registradas, apesar de saber da importância do registro de classe. Admito que fiquei aborrecida pelo quão pouco havia anotado. Isso me fez refletir que, como indígena, tenho muito mais em minha memória do que por escrito, já que na cultura indígena se escuta mais do que se escreve nas situações de trabalho docente, conforme argumenta a autora Inácio (2010, p.22), “Nós, Kaingang, não nos preocupamos em registrar por escrito nossas experiências de trabalho”. Para tanto, utilizo para análise o que encontrei em minha memória, mas ressalto a importância que o registro tem, pois nem sempre conseguimos manter em nossas memórias os acontecimentos diários de uma sala de aula. Uma vez que as falas e acontecimentos na sala de aula decorrem de situações espontâneas. E esses momentos são fundamentais para que possamos fazer uma boa reflexão e melhorar nossos planejamentos para melhor desenvolver nossas práticas educativas.

Para compor minha investigação, entrevistei três professoras indígenas Kaingangs. Essas professoras, assim como eu mesma, são oriundas da Terra Indígena do Guarita que fica localizada ao noroeste do estado do Rio Grande do Sul, em uma área de 23.406,87 hectares⁴ de extensão, a terra indígena do Guarita, constitui-se de dezesseis comunidades indígenas abrangendo em torno de 7.000 indígenas, entre eles Kaingans e Guaranis.

Para coletar seus relatos, utilizei um questionário contendo perguntas norteadoras para que elas melhor descrevessem suas práticas docentes. Nesses relatos de experiências vividas, em alguns momentos, me encontrei com algumas das experiências relacionadas aos caminhos que conduziram a escolha pela docência.

Era meu desejo, desde o princípio, ter ido até a aldeia fazer as entrevistas, no entanto, por diversas questões, incluindo a financeira, isso não me foi possível. Todavia, o questionário foi enviado via Facebook, para as professoras que aceitaram participar desta pesquisa pudessem respondê-lo.

Compondo a entrevista, formulei seis perguntas: (1) o que você entende por educação específica e diferenciada?; (2) como você elabora seus planejamentos e suas metodologias?; (3) quais os referenciais para o desenvolvimento de sua prática pedagógica?; (4) conte-me um pouco de sua história de docência, destacando um

⁴ Os dados foram acessados em: http://www.portalkaingang.org/index_guarita.htm

momento marcante das aprendizagens de seus alunos?; (5) a partir de que momento você considera uma criança alfabetizada? e (6) como você descreve o conceito de aprendizagem do ponto de vista da educação indígena?

As respostas dadas a essas perguntas comporão, por sua vez, o universo analisado na construção do capítulo 5, no qual dialogarei com algumas experiências, destacando momentos que considero relevantes para tal pesquisa.

4. MARCO TEÓRICO

Neste capítulo procuro apresentar, aprimorar, compreender e também aprofundar alguns conceitos que considero muito importantes para o desenvolvimento deste trabalho, os quais seriam: aprendizagem, educação indígena, autonomia e identidade docente. Sendo esses os conceitos escolhidos, evoco alguns teóricos que discorrem sobre os conceitos apresentados. Nesse sentido, pretendo estudar cada conceito em suas particularidades.

4.1. Aprendizagem

O que seria aprendizagem? Qual o significado que atribuímos a este termo? Ao argumentarmos sobre a palavra “aprendizagem” encontramos inúmeros autores que enfatizam o tema, dentre eles: Piaget (1974), Vygotsky (2007), Delval (2007), Kamii (1988), Ferreira (2014), etc. Os quais nos permitem pensar e refletir a respeito deste conceito na sala de aula. No entanto, neste trabalho vou problematizar os autores Ferreira (2014), Kamii (1988) e Delval (2007). Primeiramente, lanço mão das palavras do autor Ferreira (2014) que apresenta este conceito do ponto de vista da educação indígena, argumentando que:

A imitação é uma das formas de aprendizagem que leva o desenvolvimento de tradições, costumes, enfim, da cultura como um todo, transferindo informações entre indivíduos e através das gerações. Imitar envolve observar e fazer do seu modo, criar um jeito próprio de fazer (FERREIRA, 2014, p. 67)

De acordo com essa perspectiva, nas culturas ou sociedades da etnia Kaingang as crianças, desde muito cedo, vão adquirindo os conhecimentos da cultura, pois este é um passo importante para seu crescimento pessoal e também para que elas saibam de sua importância no contexto onde estão inseridas, ou seja, na comunidade. Esses conhecimentos, muitas vezes, acontecem em uma conversa junto da família e as pessoas mais velhas, as quais são consideradas nossos doutos, que tem experiências da vida, das ervas medicinais, das histórias e mitos. Destaco um exemplo fundamental sobre o meu entendimento da palavra “aprendizagem”, principalmente no que está relacionado aos conhecimentos da cultura a qual pertença. Quando tinha em torno de cinco ou seis anos, houve vários momentos em que eu e minha família

frequentávamos seguidamente a casa de meus avós maternos. Essas visitas eram muitas vezes, para que pudessem dialogar sobre diversos assuntos sobre as especificidades da cultura. Lembro-me até hoje do cuidado e atenção que tinham quando falavam sobre a época de plantação da família. Por exemplo: falavam das precauções que tinham que ter a respeito do armazenamento do feijão, o qual deveria ser feito acrescentando-se um pouco de terra a fim de se evitarem carunchos. De acordo com meu avô, o feijão também é considerado um dos alimentos que sustentam de “verdade”. Havia também uma preocupação com as fases da lua em relação às plantações e épocas de colheita. Esses foram exemplos de “aprendizagens” dos quais nunca me esqueci, pois não somente houve um momento de escuta atenta, mas também de observação. Dessa forma sabemos, então, que aprendizagem significa ter domínio cognitivo, o que nos permite fazer assimilações e interpretações das informações que são expostas por meio de uma conversa ou mediante a observação.

Conforme KAMII (1988), a qual se fundamenta na teoria de Piaget, a aprendizagem ocorre através de três dimensões. A primeira é o conhecimento físico, que está conectado ao mundo concreto e observável da criança, é onde elas buscam informações por meio da observação que fazem do meio onde estão inseridas. A segunda é o conhecimento lógico-matemático, onde a criança desenvolve operações mentais coordenando relações. Nesta forma de conhecimento estão implícitos dois tipos de abstração: a reflexionante e abstração empírica. A primeira, abstração reflexionante, é uma relação construída mentalmente entre objetos e é operada pelo sujeito envolvido na ação. Na abstração empírica a criança ira focar uma determinada propriedade do objeto e ignorar as demais envolvidas. A terceira dimensão é o conhecimento social, o qual é criado pela sociedade.

Para Delval (2007, p. 136), “aprender é um processo de reconstrução no qual o sujeito participa ativamente”. Ou seja, para o sujeito aprender ele deve estar envolvido na ação, seja ela física, mental ou observável, caso contrário, o sujeito não aprende. Parece fazer sentido essa ideia, pois sabemos que quando não prestarmos atenção em uma determinada explicação, podemos não entender do que se trata determinado assunto ou situação correspondente. Para melhor entender, trago um exemplo que aconteceu no percorrer do meu estágio. O fato ocorreu da seguinte forma: como estávamos trabalhando com a temática animais, toda semana eu levava um livro relacionado aos animais. Houve um determinado momento, quando eu estava sistematizando a leitura do livro “Bichodário”, fiz a seguinte pergunta: qual outro animal

vocês conhecem que começa com a letra M? Surgiram as respostas: mosca, morcego, mula e macaco (esta última repetida várias vezes). Foi, então, que um dos alunos que não estava atento respondeu “banana”. Penso que este é um exemplo que vem ao encontro com que argumenta Delval, no qual o sujeito deve estar envolvido na ação para que possa fazer assimilações e poder interpretar as informações expostas. Talvez este aluno tenha pensado que estivéssemos falando sobre o que o macaco come!

Em relação à aprendizagem do mito, Mello (2014, p. 24) argumenta que “o mito nos ensina a relação com a natureza”. Acerca desse assunto, gostaria de relatar uma experiência sobre mito. Na mesma época em que visitávamos meu avô, como exposto anteriormente, ele dizia para minha mãe que, ao voltarmos para casa, ela deveria ir chamando a nenê (no caso minha irmã mais nova) dizendo “vamos para a casa nenê” até chegarmos em casa, repetindo isso mentalmente e, às vezes, em voz alta, uma vez que poderia haver a possibilidade do espírito dela ficar perdido no mato ou no rio, caminho percorrido até em casa, acarretando uma noite mal dormida de muito choro e medo. Na época, não sabia da importância do mito, hoje refletindo sobre este assunto, me fez repensar no quanto necessitamos manter vivo em “nós” essas memórias que, de fato, faz parte de nossas vidas enquanto indígenas.

4.2. Educação Indígena

Para Bonni (2008, p. 95), “Para falar de educação é sempre importante lembrar que ela é um processo amplo, contínuo, que acontece ao longo da vida de cada pessoa e não se restringe às experiências de escolarização”. A partir dos argumentos enfatizados pela autora, podemos considerar que a educação indígena é constituída com base em suas socializações de conhecimentos culturais e experiências da vida, e que, de fato, é um processo extenso. No entanto, me permito afirmar que a educação indígena (e mesmo a não indígena) se constitui em um processo social, já que a sociabilidade é uma forma de se relacionar uns com os outros. Nesse sentido, a educação escolar indígena está atrelada a seus valores culturais, admitindo seus modos de ser e de viver.

Mas antes mesmo de aprofundarmos a questão da educação indígena, é de extrema importância saber quem são essas comunidades, esses povos, nações ou coletivos que compõem os indígenas? São povos que habitavam e habitam as terras

do Brasil desde muito antes de ser chamada Brasil, antes mesmo dos portugueses chegarem nas Américas, atribuindo nomes a esses povos chamando-os de “índios” (pensando que haviam chegado no país da Índia, no entanto estavam no continente americano). Guiados através dos saberes, valores e experiências ancestrais, esses povos mantêm suas concepções de vida por intermédio de rituais e crenças culturais. Cito uma definição mais precisa que encontrei sobre os povos indígenas, no livro “O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje”. Segundo uma definição técnica das Nações Unidas, de 1986:

As comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores a invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos.” (BANIWA, 2006, p.27)

Na atualidade, em pleno século XXI, existe até agora uma grande parcela da sociedade brasileira que desconhece ou ignora as comunidades, povos e as nações indígenas. No entanto, esses povos são resistentes e sobreviveram aos fatos acontecidos, historicamente, no período da colonização. Sendo assim, desde tempos remotos vem sobrevivendo nossa identidade étnica cultural. Contudo, Baniwa busca trazer em seu livro citado anteriormente, um panorama de informações gerais sobre as questões relacionadas aos povos indígenas, principalmente sobre educação, saúde, lutas, conquistas e organização social.

Na contemporaneidade, os povos indígenas contam com algumas leis para garantirem seus direitos nos espaços da sociedade. Especialmente após a conquista com êxito da constituição Federal de 1988, esses povos passaram a ser sujeitos protagonistas de direitos como qualquer outro cidadão brasileiro. A partir dessa conquista, foi reconhecido por lei suas especificidades educacionais. Sendo assim, conseguiram alcançar seus objetivos em relação aos métodos de transmissão de conhecimentos tradicionais. Um desses métodos primordiais é o ensino mediante a oralidade, para que se continue instruindo as crianças, jovens e adultos os conhecimentos ancestrais. Ainda sobre a oralidade Cardoso (2014, p. 12) afirma que, para o povo Kaingang, “ a palavra falada tem muito mais importância que a palavra escrita”. Sendo assim, é interessante notar como isso é persistente em nossa cultura, como uma das formas de se manter os mitos e os conhecimentos ancestrais.

No cenário da educação escolar indígena, encontra-se explícita a legalização desses processos específicos e diferenciados, sobretudo no artigo 210, § 2º da constituição fica claro que “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”, (BRASIL, 1988, p.109). Nesse sentido, a escola indígena está sendo pensada a partir das suas demandas e particularidades, visto que existe diferentes povos indígenas no país e que cada um desses povos tem seus sistemas próprios de desenvolver a educação. No artigo 231 é garantido aos povos indígenas “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”, (BRASIL, 1988, p. 118). A partir disso, podemos pensar uma pedagogia indígena que desenvolva os conhecimentos da história dos seus ancestrais, considerando as especificidades de cada povo.

Para concluir este item, é importante ressaltar o que articula Maria Aparecida Bergamaschi (2008, p.10) quando se refere à educação indígena, defendendo que “cada povo indígena tem seu sistema próprio de educação, fundamentado em três aspectos principais que formam uma unidade: a economia da reciprocidade; a casa, o pátio, como um espaço educativo”, o que se confirma e é vivenciado no cotidiano das aldeias indígenas. A partir desses espaços vivenciados, a educação do povo Kaingang sempre teve como finalidade a autonomia das crianças, que aliás, é o próximo subitem que iremos problematizar.

4.3. Autonomia

Senti a necessidade de problematizar o conceito de autonomia, visto que ela é muito usada por professores na academia, também em situações cotidianas e nos contextos escolares em que realizei algumas de minhas práticas pedagógicas. A palavra autonomia é, muitas vezes, entendida como liberdade para se fazer alguma coisa ou até mesmo decidir algumas situações em nossas vidas, sendo usada para construir princípios e valores no contexto da educação escolar. Para tanto, fica claro (essa ideia de “dar autonomia aos alunos” ou “promover autonomia nos alunos”) nos projetos políticos pedagógicos, nos pareceres e principalmente nas avaliações dos alunos, que as escolas trazem como documentos das crianças que fazem parte deste contexto o seu progresso de aprendizagem. No entanto, não é bem assim a lógica deste conceito. Para melhor entender o conceito desta palavra, buscaremos

apresentar informações primeiramente do dicionário Aulete⁵, seguidamente na autora Kamii.

Conforme o dicionário Aulete, autonomia é a capacidade, faculdade ou direito (de indivíduo, grupo, instituição, entidade etc.) de se autogovernar, de tomar suas próprias decisões ou de agir livremente, sem interferência externa (mesmo se organicamente incluído num âmbito maior de soberania). Sendo assim, ter esta capacidade significa ser capaz de tomar as decisões que o sujeito considerar melhor a seu respeito, ao contrário da heteronomia que significa ser governado por outra pessoa conforme argumenta Kamii (1988).

A análise que Kamii apresenta sobre o conceito de a autonomia é a seguinte:

A essência da autonomia é que as crianças tornem-se aptas a tomar decisões por si mesmas. Mas a autonomia não é a mesma coisa que a liberdade completa. A autonomia significa levar em consideração os fatores relevantes para decidir agir da melhor forma para todos. Não pode haver moralidade quando se considera apenas o próprio ponto de vista. Quando uma pessoa leva em consideração os pontos de vistas das outras, não está mais livre para mentir, quebrar promessas e ser leviano (KAMII, 1988, p.108).

Portanto, devemos ter muito cuidado ao falarmos em autonomia, pois apesar de muitas pessoas confundirem esse conceito com liberdade, ter autonomia não significa que podemos fazer o que bem entendermos, nos momentos em que queremos. Em vista disso, não deveríamos tomar decisões sem antes analisarmos as consequências que elas poderiam causar a nos mesmos ou a outrem. Sendo assim, eu gostaria de mencionar um exemplo específico de autonomia, o qual ocorreu durante minha prática pedagógica: na escola em que eu desenvolvia minha prática pedagógica do quinto semestre, houve um dia da semana em que uma escola da cidade foi nos visitar com o objetivo de conhecer melhor a cultura indígena. Nesse dia, todas nós professoras, assim como o diretor, organizamos os alunos da nossa escola a dar boas-vindas em língua Kaingang aos convidados, a apresentarem o ritual da dança incluindo a música na própria língua materna, assim como os grafismos da nossa cultura e fechamos este encontro cultural com uma visita na aldeia. Nesse passeio ficou explícito a questão da autonomia que nossos alunos tinham, uma vez que, após as apresentações, foram logo convidando os demais alunos visitantes para conhecer a nossa aldeia dizendo “vamos na frente, ali tem um balanço, vamos lá! ”.

⁵ <http://www.aulete.com.br/autonomia>

No entanto, as professoras visitantes não permitiram seus alunos se sentirem à vontade em seguirem andando na aldeia com nossos alunos. Elas se preocupavam muito mais em mantê-los de mãos dadas e, em fila, ao invés de deixá-los explorarem o lugar que é novidade para quem mora na cidade.

Porque esse é um bom exemplo de autonomia? Penso que, mesmo como adultos, não temos o direito de decidir certas situações, principalmente na relação que as crianças estabelecem uma com as outras, a não ser que haja um desentendimento entre elas, mas, mesmo assim, devemos orientá-las e não decidir por elas, embora na cidade é preferível que os alunos fiquem próximos de seus professores e fiquem organizados em fila. Acredito que isso é porque cada escola funciona de acordo com o ambiente em que se situa. Em razão disso, poderíamos analisar melhor nossas ações enquanto docentes, sobretudo em relação às saídas de campo com os alunos. Ainda a respeito da visita que recebemos na escola, quando chegamos no campo de futebol na parte final da referida aldeia, as crianças da cidade, como relatado anteriormente, continuavam de mãos dadas. No entanto, próximo do campo havia um pequeno monte de areia coberto por uma lona de cor alaranjada. Uma delas começou a insistir em sair da fila para descobrir o que havia debaixo dessa lona. Ainda assim, uma das professoras não permitiu a esse aluno satisfazer sua curiosidade, argumentando que esta criança era o “terror” da turma, que era muito agitado, que poderia descontrolar a qualquer momento todas as outras crianças e se isso acontecesse, ele ficaria de castigo e sem o lanche. Refletindo sobre essa cena, penso que ela exemplifica o conceito de heteronomia, que significa ser governado por outrem como descrito anteriormente. Conseqüentemente, este tipo de atitude desenvolve uma criança que aceita tudo o que lhe é colocado, tornando-a passiva. E ser passivo não significa ser educado, mas sim uma criança heterônoma, sujeita à escolha e opinião de outras pessoas. Penso que para que haja uma conexão entre professor e aluno, aluno e professor, é necessário haver respeito mútuo, o que segundo Kamii (1998, p. 111) é “essencial para o desenvolvimento da autonomia da criança”. Portanto, trabalhar com o universo rico e ao mesmo tempo complexo das crianças requer dos professores, a compreensão do conceito de autonomia.

4.4. Identidade Docente

Pensar a identidade é fazer uma reflexão do que já fizemos em tempos remotos e também do que nos aguarda no futuro como sujeitos de direito de todos os espaços existentes nas sociedades. Assim a identidade é uma construção constante que se constitui de acordo com o tempo e espaço, dessa forma são nossas próprias ações que nos levam a assumir certa identidade. Segundo Marcelo (2009, p. 112) a “identidade não é algo que se possua, mas sim algo que se desenvolve durante a vida”. Nesse sentido, podemos pensar a identidade de uma forma que ela vai se construindo ao longo de nossa trajetória de vida, seja ela pessoal ou profissional. Mas pensar na identidade docente é fazer/refazer uma retomada de nossa caminhada como profissionais que somos da área da educação.

Neste item abordaremos o conceito de “Identidade docente” que quer dizer, de certa forma, trabalhar com os conhecimentos adquiridos por meio da experiência, assim como com técnicas adquiridas no meio acadêmico. Técnicas que nos levam a entender melhor o campo da educação, sobretudo as nossas ações enquanto mediadores de certos conhecimentos, já que, sabemos que ninguém tem domínio de todos os conhecimentos existentes. Para tanto, entendemos que a construção da identidade docente se faz a partir das experiências vivenciadas na sala de aula ou desenvolvendo pesquisas, assim como um processo contínuo de atualização de conhecimentos científicos. Mas de que maneira se constitui um profissional docente? Podemos apresentar alguns fatores: sua história profissional; saber lidar com os contextos que lhe são apresentados; utilizar-se das técnicas adquiridas na academia; suas experiências na sala de aula⁶ e suas socializações interdisciplinares que envolvam todos os integrantes do grupo que compõe uma turma de alunos. Em relação a este último item, para que isso aconteça de forma mais eficiente, é necessário que esses profissionais se aprofundem em determinados saberes que serão desenvolvidos no decorrer de suas aulas. Nesse sentido, “quando o docente não possui conhecimentos adequados da estrutura da disciplina que está ensinando, pode expor o conteúdo erroneamente aos alunos” (MARCELO, 2002, p. 118). Por isso, é necessário que tenham preparação para diversas questões que, evidentemente, serão feitas no desenvolvimento desses saberes. Diante disso, posso afirmar que, durante o percorrer de minha prática de docência no período de estágio, tive que estar constantemente me atualizando, pois o que aprendi há 20 anos nos

⁶ A sala de aula aqui neste trabalho é entendida como qualquer ambiente em que possa acontecer as aprendizagens e não se restringe a um ambiente fechado por quatro paredes, janelas e porta.

primeiros anos escolares, teve muitas mudanças, principalmente, o modo como são trabalhados os conteúdos curriculares.

Acredito que a representação da identidade docente decorre de sua trajetória social, mas com o tempo ela vai sendo transformada por diferentes fontes de conhecimentos como: conhecimentos tecnológicos, conhecimentos científicos, conhecimentos das leis da educação e conhecimentos de suas próprias competências. Assim sendo, cada profissional tem uma história de vida própria. Nessa perspectiva, penso que o profissional que atua na educação sociabiliza diferentes saberes, independentemente do contexto em que ele se encontra, contudo, ele leva em conta seus valores e princípios que estão, de certa forma, enraizados na construção da sua identidade. No entanto, um dos fatores primordiais desta construção e transformação também decorre de suas reflexões a partir de suas ações, principalmente no que está relacionado ao interior da sala de aula. Nesse sentido, concordo com o argumento de Madalena Freire (2007, p.6) quando justifica que “a mudança é gestada num árduo processo de pequenos movimentos de conscientização, onde a reflexão é arma de luta para a opção, ou não, pela paixão de aprender, ensinar e conhecer o mundo”. Portanto, no que tange a reflexão, ela requer a aquisição de uma postura de análise a partir dos fatos apresentados no ambiente de seu trabalho, sejam eles por meio da observação, fala, escuta, escrita ou até mesmo através da leitura gestual, pois nossos corpos também falam. A partir disso, ter o comprometimento de trabalhar com conhecimentos de diversas maneiras. Assim, a identidade docente vai se desenhando progressivamente, onde o desafio principal é seu comprometimento em ampliar os conhecimentos dos alunos, sejam eles crianças, jovens ou adultos, utilizando como base os conhecimentos prévios dos mesmos. Conseqüentemente, desenvolver estratégias diferenciadas para cada um que compõe este grupo de alunos, conduzindo-se numa interação constante entre aluno e professor. Dessa forma, o conceito de identidade docente é compreendido por Marcelo (2009, p. 112) “como uma realidade que evolui e se desenvolve, tanto pessoal quanto coletivamente”. Partindo dessa ideia, podemos afirmar que os professores e professoras constituem suas identidades docentes a partir do contexto em que vivem, estando este contexto constantemente em transformação, a partir de nossas ações, enquanto professores e demais profissionais que fazem parte de um ambiente escolar.

5. DIALOGANDO COM DOCENTES INDÍGENAS KAINGANGS

Neste capítulo, detenho-me nas experiências de docência narradas pelas três professoras que acolheram meu convite de participação e atuam profissionalmente como docentes nas comunidades indígenas. Como mencionado anteriormente, foi a partir de uma pergunta de um aluno que surgiu o desejo de saber um pouco mais sobre a constituição da identidade docente no campo da educação indígena, tornando possível o desenvolvimento deste trabalho.

Inicialmente a análise dos questionários foi realizada utilizando-se nomes fictícios para as professoras que responderam à entrevista. Posteriormente, com a autorização delas, foi possível utilizar seus nomes verdadeiros na descrição de seus relatos. Assim sendo, foram entrevistadas as professoras **Laisa Erê Sales Ribeiro**⁷, **Kaninhka**⁸ e **Krengre**⁹. Na tabela a seguir, encontram-se seus nomes, formação e o tempo de atuação que veem desempenhando como professora na área da educação indígena.

Tabela 1: Professoras da Terra Indígenas do Guarita

Nome	Formação	Tempo de atuação
Laisa Erê Sales Ribeiro	Graduada em: Ciências Biológicas. Especialista em Educação Indígena. Mestranda em Desenvolvimento e Política Públicas.	Atua há 15 anos na profissão de professora.
Kaninhka	Curso normal (magistério) e magistério Indígena.	Atua há uns 12 anos na profissão de professora.
Krengre	Licenciatura Indígena-UFSC	Atua há 21 anos na profissão de professora.

Como o objetivo desta pesquisa é entender melhor o campo da educação indígena, a partir da constituição da identidade docente, busco problematizar, analisar

⁷ Laisa Erê Sales Ribeiro, este é o nome completo da professora, no entanto para dialogar com as outras professoras, preferi utilizar somente seu nome em Kaingang que é Erê.

⁸ A palavra **Kaninhka**, significa raiz da árvore de angico, sendo o masculino kanonkõ.

⁹ A palavra **Krengre** não tem significado porque é nome próprio, no entanto, é importante ressaltar que nem todos os nomes em Kaingang tem significados. Entretanto, segundo a professora **Krengre** seu nome foi escolhido pelo fato de ter havido uma mulher guerreira que viveu por muito tempo e que era assim chamada. Muitas vezes, os nomes próprios são de pessoas que foram guerreiros, lutadores ou pessoas que fizeram ou deixaram suas marcas na comunidade ou pelo seu povo.

e refletir sobre as questões que foram respondidas pelas professoras. Sendo assim, me foi possível trazer um pouco mais sobre as especificidades da cultura e, principalmente, no que diz respeito aos modos de se conduzir à docência indígena. Dessa maneira, tentei ser bem específica no que diz respeito às ideias que deram origem ao questionário, selecionando para este capítulo, as falas ou fragmentos das mesmas que atendem ao objetivo do presente trabalho.

Sendo assim, lanço a primeira pergunta: o que você entende por educação específica e diferenciada? Esta pergunta foi feita devido à necessidade de esclarecimento sobre o que se entende por educação específica e diferenciada. Ao compará-las, percebi certas similaridades entre as respostas, talvez pela forma como são conduzidos os modos de ensinar e aprender nas comunidades indígenas.

Pensar educação específica e diferenciada requer muito cuidado, pois no momento em que nos propomos a por, de fato, em prática esse diferencial, sabemos que teremos que mexer em critérios que mudam toda a organização de um currículo. A escola indígena deve ter a consciência que uma escola que trabalha a língua materna e aqui, a kaingang, não se torna específica nem diferenciada por esse motivo! Eu acredito que específico e diferenciado é aquele currículo que dá conta de todo um conhecimento tradicional e, ao mesmo tempo, consegue tratar do conhecimento ocidental sem trazer para o aluno nenhuma perda, fazendo com que ele compreenda que é necessário, sim, preservar seus valores tradicionais mas, ao mesmo tempo, saiba que é fundamental também conhecer todo universo que o rodeia e, principalmente, a sociedade em que ele também está incluído fora de seus territórios! Isso tem de ficar claro para os profissionais que pensam esse tipo de currículo, caso contrário quem sai perdendo é o aluno nosso objeto de trabalho.
(Excerto **professora Erê**)

Uma educação específica e diferenciada é trabalhar conforme a atualidade de cada povo indígena, respeitar o modo de vida de cada um, a educação. A escola pensada pelos professores Kaingang se caracteriza pelos processos tradicionais de aprendizagem e aquisição dos saberes culturais, ao mesmo tempo respeitando o tempo de aprender de cada um. Preservando a tradição e a diversidade do saber tradicional, assim a escola indígena é classificada pelos seus descendentes como veículo de afirmação. Enquanto para alguns pesquisadores é um mistério e para outros é desconhecida. (Excerto **professora Kaninhka**)

É aquela que vem de encontro a realidade social, cultural e econômico de um povo onde a escola está inserida. (Excerto **professora Krengre**)

Em relação a essa pergunta, podemos observar que as três professoras, ao apresentarem seus argumentos sobre educação específica e diferenciada, expõem a escola como apoio para o desenvolvimento de suas ideias. Segundo a **professora Erê**, temos que ter muito cuidado ao falar em educação específica e diferenciada, uma

vez que, para assumirmos uma prática diferenciada, necessitamos englobar todo um currículo escolar, ou seja, a escola que admitir uma prática diferenciada deve estar atenta em suas responsabilidades enquanto um lugar de construção de conhecimentos. Ela, ainda, ressalta que este currículo deve englobar tanto os conhecimentos tradicionais, referindo-se aos conhecimentos do nosso povo, quanto os conhecimentos ocidentais, ou seja, os conhecimentos das sociedades envolvidas. Conforme Xavier (2000, p. 8) “o currículo é concebido como um espaço político privilegiado nas lutas pela democratização da sociedade”. A autora afirma, também, que “o trabalho proposto pela escola deve, pois, permitir aos estudantes uma melhor compreensão de si, do outro, da natureza, da sociedade, das diferentes culturas, das artes, das tecnologias e dos sistemas de produção da sociedade contemporânea.” Nesse sentido, é importante destacar que a **professora Erê** tem a preocupação em manter os valores tradicionais do nosso povo quando argumenta que, ao abordarmos estes dois tipos de conhecimentos, temos que saber intercambiá-los para que não tragam ao aluno “nenhuma perda” dos valores tradicionais que ele já tenha adquirido.

Para a **professora Kaninhka**, a educação específica e diferenciada é entendida como uma forma de desenvolver atividades a partir do contexto que lhe é apresentado, levando em consideração cada povo indígena com suas particularidades. Ela argumenta que a escola é de caráter tradicional e que esta escola é uma forma de “veículo de afirmação” (referindo-se à afirmação identitária da cultura indígena Kaingang). A partir disso, podemos pensar que a escola, além de ter seu modo de aquisição dos saberes culturais, também engloba outros processos que são das sociedades envolvidas. A **professora Kaninhka** também defende os conhecimentos tradicionais como valores imprescindíveis, uma vez que apresenta a diversidade desses saberes.

Ao argumentar sobre a educação específica e diferenciada, a **professora Krenge** justifica que esse tipo de educação vem de encontro com a realidade social. Ou seja, pensar a realidade social, nos lembra pessoas e nos remete a contextos, mas cada contexto tem suas características particulares, assim como princípios e costumes, os quais determinam suas culturas e seus modos de ser e de viver. Isso nos faz refletir que se trabalha a partir do contexto que é apresentado.

Embora as professoras destaquem a escola como sustentação de alguns saberes tradicionais, ela também é, assim como argumenta Ferreira (2014, p.57) “um espaço de convivência e diálogo, trocas, entre a cultura indígena e as demais

culturas”. Segundo o mesmo autor, a escola também “está se tornando mais espaço de fortalecimento da identidade indígena”. Sendo assim, observamos que algumas escolas indígenas atuais, diferentes de épocas anteriores, estão admitindo suas características através do grafismo cultural. Elas também partem das vivências cotidianas para o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos, levando em consideração os artesanatos que produzem nas comunidades para o aprimoramento dos conhecimentos matemáticos, ambientais, sociais e culturais. Acredito que é a partir do que vem sendo desenvolvido nas comunidades e nas escolas indígenas que reforçamos nossa identidade étnica cultural.

A segunda questão nos leva a problematizar o planejamento e suas metodologias, tendo como base a seguinte pergunta: como você elabora seus planejamentos e suas metodologias?

*As aulas de ciências e biologia são uma ótima maneira de tratar os conhecimentos tradicionais dos kaingang e ao mesmo tempo trabalhar o que é exigido por lei e é de direito do aluno. As aulas são planejadas diariamente, ou seja, começo um plano semanal e no mesmo dia percebo que é necessário fazer um trabalho com uma linguagem simples, mas ao mesmo tempo usando termos científicos que eles têm direitos de se apropriarem. A metodologia usada é simples, sendo professor todos os dias nos damos conta que cada um tem seu tempo de aprendizagem, e sendo indígenas sabemos de suas realidades e principalmente de suas necessidades e objetivos, assim sendo, a metodologia de trabalho é construída dia a dia na convivência com os jovens e adultos em sala de aula. Um detalhe que merece destaque por serem alunos indígenas é que são extremamente calmos e muito focados quando no ensino médio, já que a maioria está lá por serem adultos e casados. (Excerto **professora Erê**)*

*Eu elaboro semanalmente conforme o aprendizado de cada educando, busco pesquisa para fortalecer a nossa identidade étnica cultural. (Excerto **professora Kaninhka**)*

*Bom! Como descrevi acima sobre a educação específica e diferenciada, procuro sempre que possível trabalhar com os conteúdos do currículo da entidade escolar trazendo comparações e/ou acrescentar nos temas da qual está sendo trabalhado no momento. Quanto às disciplinas específicas como a língua Kaingang, valores culturais e artesanato faço minha própria/crio metodologia, pois ainda não temos um plano de curso que contemplem a todas as escolas do RS, cada escola procura se adequar com conteúdos que acham que fazem parte da vida Kaingang, digo, cultura Kaingang, seguindo a vivência local de cada comunidade levando em consideração o social, o econômico e cultural. E para elaborar o planejamento, faço leitura em livros que trazem informações sobre os povos indígenas, principalmente sobre nós os Kaingang. (Excerto **professora Krengre**)*

Aqui, nota-se, nas narrativas das professoras, que a maneira como planejam é de forma semanal, contudo, para realizarem seus planejamentos, utilizam-se de

leituras e pesquisas sobre os temas que serão desenvolvidos para suas atividades, assim como fiz no percorrer de minhas práticas pedagógicas ao longo de minha graduação.

Percebe-se que a **professora Erê**, ao criar seu planejamento para ser desenvolvido com a turma, utiliza-se de uma linguagem mais simples, mas ao mesmo tempo apresenta os conceitos científicos. Concordo com ela quando argumenta que “eles têm direito de se apropriarem”, referindo-se aos seus alunos, pois falar de uma forma simples quer dizer que devemos argumentar com as palavras usadas no cotidiano desses alunos e sempre conciliar os conceitos científicos. Em relação à sua metodologia, fica implícita uma prática de ensino que consegue dar conta das especificidades apresentadas no ambiente onde desempenha sua docência.

Observamos que a **professora Kaninhka** também se preocupa com seus alunos ao fazer seus planejamentos, buscando informações a partir do que se tem presente nas aprendizagens e no desenvolvimento de seus alunos. Dado que, planejar requer do professor atualizações constantes sobre as aprendizagens dos seus alunos, bem como do ambiente em que se encontram.

Vemos na **professora Kregre** que, além de criar suas próprias metodologias ao abordar os conteúdos específicos da cultura do nosso povo, planeja suas atividades de acordo com o currículo da escola onde exerce sua docência.

É notável que as professoras desenvolvem suas funções preocupadas em resgatar os valores dos conhecimentos tradicionais Kaingang, uma vez que destacam suas próprias metodologias de ensino para os seus fazeres pedagógicos. Desse modo, concordo com Inácio (2010 p.23) que afirma que “essas formas não são meros métodos em fase de experimentação, mas sim metodologias aplicadas, avaliadas e aperfeiçoadas através dos tempos”. Nesse sentido, esses conhecimentos tradicionais só poderão ser resgatados em nossas fontes de saberes que desde sempre foram e são nossos Kujás.

Quanto à terceira pergunta, será indagado sobre os referenciais que conduzem às práticas pedagógicas das professoras: Quais os referenciais para o desenvolvimento de sua prática pedagógica? Nesta questão foi possível notar respostas muito parecidas, principalmente quando se referiram às pessoas da comunidade e aos mais velhos para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas.

*Como professora de ciências, não fiz magistério, meu alvo sempre foi alunos jovens e adultos, não as crianças. Sendo assim, meus referenciais não são pensadores ou intelectuais que escrevem sobre. Minha construção como profissional da educação sempre foi a comunidade, os mais velhos, as mães na aldeia, me encanta observar os comportamentos e ações dos indígenas e isso serve como base pro meu trabalho e para ajudar faço leituras de artigos que tratam do comportamento indígena no geral, não saberia te dizer no que ou em qual pensador me inspiro, não tenho um, mas posso citar alguns escritores que contribuem na minha caminhada. Mas na biologia, em específico, tem vários que sempre foram necessários na graduação. (Excerto **professora Erê**)*

Ouvindo os Kujãs e as pessoas mais velhas da comunidade.
(Excerto **professora Kaninhka**)

No momento posso apenas dizer que são muitos, pois na minha casa tenho uma mini biblioteca onde tenho livros sobre culturas indígenas como por exemplo: Ciclo da vida Kaingang, Artesanato, Nosso vizinho Kaingang, Aspectos Fundamentais da cultura Kaingang, Ensino de Português em comunidades indígenas, Educação indígena sob o ponto de vista de seus protagonistas, Abelhas nativas sem ferrão, kanhgág as vënh kógan kar ag vënhgrén (pintura e dança Kaingang), História para crianças, Desafios atuais da educação escolar indígenas, línguas indígenas precisam de escritores, Tecendo relações além da aldeia, Jamã tỹ tãnh ig vënh vëj kaingang (moradia do coqueio- jeito de viver kaingang). Educação indígena em diálogo, Leitura e escrita em escolas indígenas. Kanhgág ag vĩ fã TI Xapecó ki (o modo de falar língua kaingang na terra indígena Xapecó/SC). Mitos e Lendas Kaingang, Brincando e conhecendo os indígenas em Santa Catarina, etc... e outros que adquiri recentemente com uma professoressa que foi minha orientadora da graduação.

*Além disso, estou com uma montagem de livros para trabalhar com a educação infantil, 1º e 2º anos, 3º e 4º ano e 5º ano, só está faltando as capas e depois quero ver se consigo apoio de entidades que queiram me ajudar a publicar meus livros. Agora estou buscando conteúdos para montar para os anos finais, pois estes são muito necessários, pois, não temos muitos professores bilíngues com formação que possam criar seu planejamento adequado. (Excerto **professora Krengre**)*

Ao referir-se às práticas pedagógicas, a **professora Erê** narra que a base de seu trabalho enquanto docente sempre se deu a partir das ações da comunidade, destacando os mais velhos, pois eles são considerados as pessoas que têm experiências daquilo que não vivenciamos em tempos remotos sobre os costumes, a cultura e os mitos de nosso povo. Sendo assim, as mães na aldeia também são inspiração para a constituição de suas ações enquanto docente. No entanto, tem muitos autores de sua área específica (Ciências Biológicas), que contribuem desde o início de sua carreira profissional.

Conforme fala a **professora Kaninhka**, os referenciais que acompanham suas práticas são os “Kujãs”, ou seja, os sábios da comunidade que dominam os mais valorosos saberes tradicionais da cultura Kaingang: músicas, histórias, língua, mitos

e pensamento ancestral. Assim como as pessoas mais velhas da comunidade que também contribuem com suas visões de mundo.

Ao mencionar seus referencias, a **professora Krengre** destaca que possui uma minibiblioteca que inclui inúmeros livros sobre as culturas indígenas, os quais servem de apoio para suas práticas pedagógicas. Ela narra que desenvolveu alguns livros para serem trabalhados com a educação infantil, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano, mostrando seu interesse em publicá-los.

Nas respostas apresentadas, é possível observar que suas práticas pedagógicas são inspiradas a partir dos conhecimentos das pessoas mais velhas, bem como dos nossos Kujãs que se encontram em nossas comunidades, já que são considerados os que têm saberes sagrados da cultura. Diante disso, é importante destacar que este modo de se conduzir os saberes indígenas vem de geração em geração.

Esta quarta pergunta está direcionada às experiências de docência, na qual as professoras irão narrar um momento marcante das aprendizagens de seus alunos no percorrer de suas trajetórias profissionais: conte-me um pouco de sua história de docência, destacando um momento marcante das aprendizagens de seus alunos?

Tornei-me professora em 2002 (efetiva) quando entrei pra faculdade de biologia, sempre trabalhei em aldeia, saí apenas pra estagiar no ensino médio no último ano de faculdade, não gostei pelo fato dos alunos brancos serem muito agitados, fiz meu estágio em Ijuí, numa escola muito grande, me assustei um pouco, mas foi necessário. Passei por quatro escolas indígenas na minha trajetória profissional e em todas elas pude perceber que o comportamento dos alunos indígenas é igual, ou seja, calmos, educadíssimos e encantadores! Claro que eles têm um tempo pra aprender, são alunos que conhecem um universo paralelo a esse fora, e isso é que os tornam diferentes e encantadores! Como professora, tive muitos momentos marcantes, mas um em específico me emociona ainda hoje. Em 1998 fui professora alfabetizadora no que aquele tempo chamavam de MOVA, um programa do governo estadual, nessa época eu nem pensava em fazer graduação, mas sempre fui boa leitora e por este motivo fui escolhida para alfabetizar por seis meses os adultos na aldeia. Tinha uma mulher na minha turma que não sabia nem pegar no lápis, extremamente tímida e dona de casa com duas filhas pequenas, seu marido era professor na aldeia mas não achava necessário que ela soubesse ler e escrever. Ela era uma das mulheres que nunca faltava aula nas noites da aldeia. Um dia estávamos conversando com eles e tomando chimarrão na aula e eu perguntei a cada um qual eram seus sonhos, todos riram e me responderam que só queriam aprender a assinar o nome. Lembro da fala deles perfeitamente: Professora quero ler pra não me “lograrem mais”...Enfim, essa mulher me olhou e disse com as palavras mais sinceras do mundo: Profe eu queria aprender pra um dia ser professora como você! Ela era uns 10 mais velha que eu, na época eu tinha 19 anos. Eu olhei pra ela e peguei em suas mãos e disse: um dia Onilda, você vai estar aqui no meu lugar ensinando os alunos. Ela largou minha mão e riu. Depois me respondeu: Nunca isso vai acontecer! Fiquei quieta porque eu era apenas alguém que o município estava pagando pra passar algumas noites ajudando os adultos a aprender o ABC...enfim, o programa

*acabou, eu mudei de setor, segui meus estudos, me formei...em 2014 voltei a mesma escola agora como professora de ensino médio e encontrei a minha aluna Onilda, nos abraçamos e ela me levou pra sua sala de aula me mostrar seus alunos de educação infantil, agora ela é formada no magistério aqui no município. Eu nunca vou esquecer do abraço mais cheio de gratidão que eu recebi na vida, que foi o dela, cada vez que a vejo ela diz a todos, é por ela que me tornei professora. Esse sem dúvida foi um momento crucial na minha profissão e me orgulha muito, por esse e tantos outros momentos de professora é que busco incessantemente estar capacitando para ajudar aqueles que não tiveram a mesma oportunidade que eu tenho de estudar! (Excerto **professora Erê**)*

*O momento em cada criança desenvolve o mito e a lenda Kaingang.
(Excerto **professora Kaninhka**)*

Então! Sou alfabetizadora bilíngue hoje. Quando ingressei nesta vocação tinha apenas 18 anos, cursava uma escola mais próxima da minha aldeia que era técnica em contabilidade quando fui convidada a fazer uma seleção para trabalhar como professora em uma comunidade na TI Guarita, onde quase ninguém mais falava a língua materna. Fiz a seleção e passei. Isto foi nos anos de 1996. Me mudei até esta comunidade sem conhecer ninguém de lá, foi muito difícil no início, pois não tinha ninguém que falasse a mesma língua minha, apenas um morador mais próximo falava na família e ninguém mais. Não foi diferente na escola, mas aos poucos fui me adaptando com o grupo local. Meu público era todas as turmas dos anos iniciais onde eu tinha que trabalhar a língua uma vez por semana em cada turma. Uma única referência que tinha em mão era um dicionário que ganhei do meu pai que também foi professor, um dos pioneiros nessa vocação e foi ele que me dizia de como fazer a alfabetização e deu certo. Senti pela primeira vez uma emoção sobre o meu trabalho, quando recebi um menino que foi meu aluno por um ano, pois ele saiu da escola para estudar fora da aldeia porque a escola não oferecia o ano seguinte para qual ele havia sido aprovado. Ele chegou na minha casa e, como sempre, tinha livros por perto, então ele pegou e leu uma palavra que era difícil de pronunciar ou falar pelos não falantes. E ainda ele me perguntou se estava certo. Olhei e vi que ele havia acertado. Neste dia vi que valia a pena eu ensinar, então decidi cursar o magistério numa escola cenequista que tinha na época. Me formei no ano de 2001 e em 2002 prestei o primeiro concurso específico para indígena que o estado ofereceu e passei. Assumi o concurso naquele ano mesmo. No ano de 2005 fiz o segundo concurso, que também passei. Neste mesmo ano eu e minha família nos mudamos para outra aldeia onde tive que fazer a alfabetização na língua portuguesa e tive a mesma emoção ao ver uma aluna ler na 1º série dos anos iniciais. Lembro que virei para o quadro e engoli o choro para ninguém que seu perceber.

Então eu posso dizer que ser um alfabetizador é muito mais emocionante e ao mesmo tempo gratificante porque assim você percebe que seu trabalho não foi em vão e valioso quando seu ex alunos tem você ou te vê como professora em qualquer lugar, independente da idade que eles se encontram no momento, você acaba sendo uma referência a eles e isso não tem preço. Acreditem chorei um pouco ao lembrar de momentos para poder escrever um pouco sobre uma pequena parte da minha vida como professora.

De tanto que queria me aperfeiçoar em meus conhecimentos como professora bilíngue, em 2010, prestei o primeiro vestibular específico que contemplava os povos Guarani, Kaingang e Xokleng. Passei em primeiro lugar no grupo dos Kaingang que foi disputado entre os kaingang de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ficando em segundo na classificação geral entre os três povos. Me formei em 2015 na graduação no curso de licenciatura intercultural indígena do sul da mata atlântica na terminalidade das linguagens. Posso trabalhar nas áreas da língua Kaingang, portuguesa, literatura, artes e educação física.

Hoje sou e continuo sendo professora onde comecei esta profissão, digo, voltei para o lugar onde tudo começou lugar onde tive a certeza de que vale a pena ensinar um pouco de tudo sobre a nossa cultura, mesmo que eles não saiam falando fluentemente a língua, pois

*somente na escola a maioria tem ouvidos a fala da língua materna dos Kaingang. E ainda tenho sentido as mesmas emoções cada vez que chega o final do ano ao perceber que meus aluninhos aprendem alguma coisinha sobre o que eu tenho ensinado sobre a nossa cultura. (Excerto **professora Krengre**)*

Ao descrever suas experiências de docência, a **professora Erê** narra que sempre foi boa leitora e isso foi primordial para que fosse escolhida pela sua comunidade, para atuar como professora alfabetizadora de Jovens e Adultos no programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA). Ao pesquisar sobre este programa, foi possível entender de onde e como surgiu este programa. Conforme minhas pesquisas realizadas em diferentes sites, originou-se, das ideias de Paulo Freire, um dos nomes mais importante na educação brasileira, o MOVA tinha por objetivo reduzir o analfabetismo no Brasil. Entre tantos momentos inesquecíveis, a **professora Erê** nos destaca um em especial, sobre as aprendizagens de seus alunos, o qual aconteceu logo no início de sua carreira profissional, ela nos narra que na turma que iniciou sua trajetória docente havia uma aluna muito tímida que nenhuma vez faltou às aulas. Ocorreu que em uma das aulas a **professora Erê** perguntou quais eram os seus sonhos. A resposta da maioria dos seus alunos foi que queriam aprender a escrever seus nomes. Onilda, esta aluna tímida, respondeu que gostaria de, um dia, tornar-se professora assim como a **professora Erê**. Anos se passaram, a **professora Erê** retornou à mesma escola em que havia iniciado sua carreira como docente e reencontrou esta aluna e ela, de fato, havia se tornado uma professora. Percebe-se que, na trajetória da **professora Erê**, o que a impulsionou a seguir a carreira docente foi sua prática como alfabetizadora no programa MOVA e não, assim como eu, o desejo ser professora, porém estes momentos de ser professora foram fundamentais para a constituição de sua identidade docente.

Conforme vinha lendo as experiências da **professora Erê**, ao mesmo tempo vinha me identificando com alguns momentos destacados por ela. Um deles é que também fui convidada para assumir uma turma de alfabetização. No entanto, era uma turma de anos iniciais do ensino fundamental (antiga “primeira série”). Entretanto, na época me senti inexperiente para assumir tal compromisso, pois não me imaginava preparada para aquela função. E após terem se passado quase 15 anos, ainda não me sinto completamente preparada. No entanto, adquiri técnicas que me ajudarão a desenvolver uma “humana docência”, expressão empregada por Miguel Arroyo (2000, p. 243) segundo a qual é preciso “fazer da prática educativa, dos tempos e espaços

escolares um momento pedagógico de humanização”. Ou seja, é preciso ter um olhar mais humano direcionado às crianças que perpassam esses espaços escolares, pois é aí que elas estão começando a compreender a vida humana.

Outro momento com o qual me identifiquei foi que também fiz meu estágio curricular obrigatório em uma escola municipal da cidade. Sendo que tinha um desejo enorme de realizá-lo em uma escola indígena, contudo, não me foi possível devido ao fato de ocorrer uma greve das escolas estaduais¹⁰. Como em sua maioria as escolas indígenas são estaduais, logo a que eu faria o estágio também entrou em greve. Por esse motivo, tive que ir à procura de uma escola da rede municipal de Porto Alegre. Ao iniciar o estágio, pensei que seria um tempo muito longo e que não conseguiria dar conta das horas a serem trabalhadas. No entanto, ao final, percebi que faria mais sentido se houvesse mais horas a serem executadas, pois ao cumprir a carga horária obrigatória e terminar o estágio, fiquei com a sensação de querer continuar um pouco mais nas minhas práticas enquanto docente. Isso pelo fato de que quando iniciei as minhas práticas de ensino, levei um tempo para conquistar a confiança das crianças, as quais foram protagonistas de minhas ações enquanto docente em formação.

A **professora Kaninhka**, não chega a relatar suas experiências enquanto profissional docente, mas destaca que, para ela, os momentos marcantes das aprendizagens dos seus alunos ocorrem a partir do momento em que a criança compreende o mito e a lenda Kaingang. Nesse sentido, é interessante notar o quão é importante o pensamento dos nossos Kujês, como ela mesma fala em questão anterior.

Observamos que a **professora Krengre** também foi escolhida para alfabetizar nos anos iniciais. No entanto, fora em uma aldeia que não a sua, notamos que ela também foi inspirada a seguir sua profissão docente a partir de suas experiências na sala de aula. Mas foi quando sentiu pela primeira vez a emoção do seu trabalho, que a **professora Krengre** percebeu a necessidade de estar sempre em busca de novas fontes de conhecimentos e seguir sua carreira docente.

A quinta pergunta diz respeito a alfabetização: a partir de que momento você considera uma criança alfabetizada? Nesta pergunta, somente após ter recebido o retorno do primeiro questionário percebi que poderia ter mencionado pessoa e/ou

¹⁰ O intuito da greve foi de pressionar o governo, reivindicando aumento salariais e melhores condições de trabalho para os professores da rede estadual.

criança alfabetizada na questão, contudo, como já havia enviado o questionário optei por deixar da mesma forma como havia colocado. Percebe-se que as respostas são sempre em torno das letras.

Acredito que a partir do momento em que ela consegue perceber o mundo através das letras (como não sou alfabetizadora, não sei te responder essa pergunta).
(Excerto **professora Erê**)

Quando descobrem a primeira letrinha do seu nome. (Excerto **professora Kaninhka**)

No momento em que ele consegue acompanhar tanto na leitura oral coletivo e individual, também a escrita, mas também pode ser que ele não faça a leitura oral individual, pois levo em consideração o que ele aprendeu durante o ano e isto ele mostra na realização das atividades ou provinhas para avaliar seu conhecimento. Digo isto porque nós indígenas temos muito receio de nos expressar em frente de pessoas e são poucos os que conseguem quebrar sina e isto é cultural. Então um aluno tem seu tempo de dar seu estalo para sair da timidez ou não também. Mas ele demonstra sua aprendizagem através da escrita, ilustrações, atividades e dinâmicas que façam transparecer sem que ele perceba. Seria muito bom se todos tivessem o mesmo nível de entendimento, mas isto acho que é normal, pois, acontece em outras escolas sendo indígenas ou não indígenas.
(Excerto **professora Krengre**)

Para **professora Erê**, que trabalha com jovens e adultos, a criança é alfabetizada a partir do momento em que ela interpreta o mundo letrado de tal modo que possa entender o seu meio.

Segundo a **professora Kaninhka**, a criança alfabetizada é aquela criança que consegue interpretar a primeira letra do seu nome, nesse sentido podemos entender que a criança já desenvolveu seu conhecimento lógico, pois está fazendo interpretações dos sons das letras.

Conforme a **professora Krengre**, além de considerar a leitura coletiva e individual, também pondera as realizações das atividades propostas como se mostra nas ilustrações, escritas e atividades dinâmicas de seus alunos. A partir do que nos foi narrado, podemos considerar duas formas de linguagens para alfabetizar, uma mediante a oralidade e a outra da forma escrita, o que diferencia essas duas linguagens, conforme Ferreiro e Palacio (1987, p.13), “são principalmente as circunstancias de uso. Utilizamos a língua oral sobretudo para comunicação imediata cara a cara, e a língua escrita para comunicarmo-nos através do tempo e do espaço”. Sendo assim, as duas formas de linguagem consistem em: adquirir uma habilidade de conhecer palavras e satisfazer a comunicabilidade. Consequentemente, é pertinente

afirmar que as duas linguagens são importantes para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Assim, compreendê-las nos faz entender melhor as sociedades em que vivemos.

Nesta sexta e última questão será problematizado o conceito de aprendizagem do ponto de vista da educação indígena, sendo ela colocada do seguinte modo: como você descreve o conceito de aprendizagem do ponto de vista da educação indígena? Nas respostas desta questão, é visível a criança ser o ponto de partida para o desenvolvimento do pensamento a respeito do conceito de aprendizagem.

*Acho que é um conceito bem amplo visto do olhar de educadores indígenas, pois, aprender não é simplesmente saber ler e escrever, mas, conhecer o universo que os rodeia e a sociedade envolvente, sabemos que os alunos indígenas já trazem de casa um conhecimento cultural muito grande e uma habilidade manual de dar inveja, assim sendo, pensar aprendizagem é usar o coletivo para defini-la, é levar em conta toda uma cultura e seus conhecimentos tradicionais. Acho que ainda se tem um conceito definido sobre aprendizagem partindo do nosso ponto de vista, talvez, mas eu não saberia dizer um único. (Excerto **professora Erê**)*

*Respeitar a realidade que o povo Kaingang vive é que os diferentes da sociedade envolvente da forma de pensar, do ensinar e do aprender, mesmo sabendo que estão em processo de formação de sua escrita e absorvendo técnicas saber os Kaingang, preservar o valor que a oralidade confere. (Excerto **professora Kaninhka**)*

*Para nós indígenas a aprendizagem começa desde quando a criança ainda se encontra no ventre de sua mãe. Pois a futura mãe quando descobre que está grávida já começa a receber tratamento especial, como chás, massagens, ervas para se banhar antes e depois do parto e ainda é escolhido o nome conforme seu movimento dentro mãe. O nome é escolhido na língua conforme sua metade no mundo Kaingang, que é patrilinear. Em cada fase da vida da criança os pais lhes ensinam coisas, muitos eles aprendem brincando, olhando, participando, imitando, criando, confeccionando e principalmente ouvindo os mais velhos, sem medo de errar, de se cortar, sem privações e sem regras. E quando vai a escola ele já tem uma grande bagagem que muitas vezes é privada pelos professores, aí é que começa a retração de muitos, pois hoje em dia nem todos tem tido a mesma vivência, porque muitos pais e mães nem tem mais tempo de conviver com seus filhos para lhes dar a educação que receberam quando crianças. (Excerto **professora Krengre**)*

Podemos notar que a **professora Erê** entente o conceito de aprendizagem a partir do momento em que o sujeito passa a conhecer o universo que o rodeia e a sociedade envolvente. Pensar o conceito de aprendizagem é valer-se do pensamento coletivo para defini-lo, mas tendo em mente toda uma cultura e seus conhecimentos tradicionais.

Para a **professora Kaninhka**, o conceito de aprendizagem é diferente da sociedade envolvente partindo da forma de pensar, ensinar e aprender. Antes mesmo

de seu processo de formação escolar, a criança absorve técnicas dos saberes kaingangs. Essa absorção acontece mediante a oralidade e essa forma de aprendizado preserva os valores culturais.

A **professora Krenge** nos fala que a aprendizagem se inicia desde quando a criança ainda se encontra no ventre de sua mãe e é a partir do momento que a futura mãe descobre que está esperando um neném que ela começa a receber orientações e tratamentos especiais como chás, os quais tem toda uma técnica de preparação para se consumir, assim como as ervas para se banhar antes e depois do parto, as quais também possuem uma técnica especial. Já o nome do nenê é escolhido de acordo com o movimento dentro da barriga da mãe. Neste momento é escolhido na língua conforme sua metade no mundo Kaingang, as quais são Kajru e o Kame.

6. PROFESSORES INDÍGENAS EM CONSTANTE FORMAÇÃO

Pensei esse título para concluir meu trabalho pelo fato dele traduzir o que venho percebendo nos últimos anos referente às questões indígenas e também porque ele corrobora as constantes transformações que vem acontecendo em todos os contextos que envolvem o coletivo indígena, seja na saúde, educação, políticas públicas e principalmente na formação de professores.

Ao longo da escrita deste trabalho, me senti muito realizada e, ao mesmo tempo, muito apoquentada, não em relação ao trabalho, mas sobre o que me aguarda depois dessa caminhada na universidade, uma vez que a vida é uma caixinha de surpresas, umas boas e outras não tão boas assim.

Considerando o foco deste trabalho, reitero que seus objetivos foram tentar compreender os caminhos que são percorridos para a construção da docência relacionada ao campo da educação indígena, ao mesmo tempo, fiz uma reflexão sobre o desenvolvimento deste papel primordial do educador. E como colocado anteriormente, não era minha intenção expor nenhuma receita de como se constitui a docência nas comunidades indígenas, mas sim, de pensá-la.

A questão norteadora deste trabalho foi: como se constitui a identidade docente no campo da educação indígena? Para o desenvolvimento de minhas reflexões também fiz outras questões no conduzir deste trabalho. Será que houve, assim como a mim, um desejo cativante nas professoras que atuam nas salas de aula? Houve algumas curiosidades ou inquietações para que elas optassem por se tornarem profissionais que orientam e instruem crianças, jovens e adultos? Ou ainda, seria seu motivo a necessidade que as comunidades tiveram de ter profissionais desta área da educação? A minha intenção com essas perguntas foi tentar entender melhor a educação indígena, já que serei uma professora que estará envolvida com as necessidades da comunidade, principalmente sobre a alfabetização das crianças que vivem nas aldeias indígenas. Acredito que entendi um pouco melhor o campo que me aguarda enquanto educadora.

A partir das narrativas das professoras, foi possível compreender que não existe apenas um motivo ou uma razão para a construção da identidade docente, mas, sim, inúmeros fatores que nos levam a fazer tais escolhas. Porém, foram as experiências em sala de aula que levaram as professoras a seguir o caminho na área da educação. A partir de suas experiências em salas de aula e por terem autonomia

em seus fazeres docentes, nos quais estão sempre buscando se aprimorarem em questões que estão relacionadas à educação indígena. E isso, do meu ponto de vista, é um profissional em constante transformação para melhor atender as necessidades de nossas comunidades.

Compreendi, a partir deste estudo, que as professoras que vem trabalhando nas comunidades indígenas da Terra Indígena do Guarita, em especial, essas três que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, têm como propósito fundamental manter os valores e princípios da cultura Kaingang, pois o que está em questão são os conhecimentos tradicionais do nosso povo. E, por falar nisso, atualmente o povo indígena está ganhando mais espaço nas sociedades para discutir as necessidades educativas, principalmente da formação de professores indígenas. Visto que, as consequências da colonização interferiram por muito tempo em nossos modos de ser e de viver.

Também foram discutidos alguns conceitos, tais como: aprendizagem, educação indígena, autonomia e identidade docente. O primeiro pelo fato de ser o que irei construir constantemente com as crianças que irão fazer parte de minha ação enquanto professora. O segundo por fazer parte de minha construção como pessoa pertencente a um povo que, desde tempos longínquos vem tentando conquistar seus modos de ser e de viver em sociedades. O terceiro, por fazer parte de minha construção como pessoa desde minha infância, e por tê-la vivenciado em inúmeros momentos que representaram situações nas quais ficou claro o significado deste conceito. O quarto e último conceito, por ser um dos que me deixaram inquieta em relação à construção desses profissionais que trabalham com os conhecimentos de diferentes áreas.

Penso que as narrativas foram muito preciosas para minha constituição docente, pois não somente ficou claro que nas comunidades indígenas também existe diferentes modo de se fazer a docência, mas também que se objetiva o fortalecimento da cultura Kaingang, sendo isso primordial para se manter vivo nossos modos de ser e de viver a nossa cultura, preservando os saberes que nos são passados. Do meu ponto de vista, acredito que estas narrativas também ajudarão algumas pessoas que se interessam em saber um pouco mais sobre os modos de ser professora nas comunidades indígenas. Acredito que este trabalho tenha contribuído um pouco acerca da questão da identidade docente no âmbito da educação indígena.

Cabe frisar que não tenho a intenção de finalizar esta pesquisa neste momento, pois acredito que ela me possibilitará ainda mais descobertas sobre o que problematizei até aqui. Penso que, futuramente, terei a chance de explorar mais de perto essa construção identitária. No entanto, esta investigação requer um tempo mais longo e, por isso, pretendo trazer novamente essa mesma problematização, entretanto, com outras questões relativas ao modo de constituir-se professora.

Por fim, é importante salientar a escolha do título deste trabalho, o qual foi a inspiração para o desenvolvimento do mesmo. Como referido em capítulo anterior, houve uma situação muito marcante para mim, a qual envolveu a fala de um aluno e ação de uma professora. Tal situação exemplifica o desenvolvimento da autonomia das crianças indígenas. Ao sugerir ao aluno que fosse lá fora e olhar por si mesmo para saber qual a cor da nuvem, ficou claro que a professora em questão não se colocava como a única detentora do conhecimento, mas sim uma profissional que ajuda a desenvolver a autonomia de seus alunos. Portanto concluo que ser professora requer de nós que estimulemos em nossos alunos a curiosidade e a iniciativa na busca por conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARROYOI, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 2. Ed. Petropolis: Vozes, 2000, 251p.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; Povos indígenas: conhecer para respeitar. **POVOS INDÍGENAS & EDUCAÇÃO** Porto Alegre 2008.

BONIN, Iara Tatiana. Educação Escolar Indígena e Docência: princípios e normas na legislação em vigor. In: Maria Aparecida Bergamaschi. (org). **Povos Indígenas & Educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 5 de outubro 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 16 jul. 2017.

DELVAL, Juan. 10. Aprender investigando. Dados de catalogação Internacionais de catalogação-Pública biblioteca Setorial de Educação da UFRGS, Porto Alegre. BR-RS. Editora Mediação, 2007. p. 115-127

FEIJÓ, O. G. **Corpo e Movimento: Uma Psicologia para o Esporte**. Rio de Janeiro: ed. Shape, 1992.

FERREIRA, Bruno Educação Kaingang: processos próprios de aprendizagem e educação escolar. Porto Alegre: UFRGS, 2014. 98 f. dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FERREIRO Emília, PALACIO Margarita Gomes. **Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas**. Tradução de Maria Luiza Silveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. Cap, 1, p. 11-23.

FREIRE, Madalena. **A Paixão de conhecer o mundo: relato de uma professora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martins W. entrevista narrativa in: BAUER, Martins, W.; GASKEEL, George, (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

INÁCIO, Andila. **Pensando a Educação Kaingang**. Pelotas, RS. Editora e Gráfica Universitária, 2010.

KAMII, Constance. **A criança e o número**: implicações educacionais da teoria Piagetiana para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. Campinas: Papirus, 1985.

KAMII, Constance. **A criança e o número**: implicações educacionais da teoria de Piaget para atuação junto a escolares de 4 à 6 anos /Constance Kamii; [tradução Regina A. de Assis]. ___9ª ed. ___Campinas: Papirus, 1988, p.124

LUCIANO, G. dos S. **o índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, 2006

MARCELO, Carlos. Tradução ANTUNES, Cristina. A identidade docente: constantes desafios. **Revista brasileira de pesquisa sobre formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica v. 01, n. 01, p. 109-131, ago./dez. 2009.

MELLO, J, L de. A língua portuguesa na sociedade Kaingang: um estudo na terra de indígena de Serrinha, RS. 2014. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. [Orientadora: Prof. Drª. Maria Aparecida Bergamaschi].

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PIAGET, Jean. Aprendizagem e conhecimento. GRÉCO, Pierre; PIAGET, Jean. **Aprendizagem e conhecimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. – 7ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WINNICOTT, D. W. O Brincar e a Realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975

XAVIER, Maria Luisa M. **Planejamento em destaque**: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000. 170 p. (Cadernos de Educação Básica, 5)

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Cara Professora

Temos o prazer de convidá-la a participar de uma entrevista narrativa sobre sua experiência docente como professora indígena.

Esta entrevista compõe o estudo pertinente à construção do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Sirlei Ribeiro, licencianda em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande, no qual se busca enfocar as trajetórias dos professores indígenas.

Ao participar deste estudo você preencherá um questionário enviado virtualmente. Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida sem qualquer prejuízo. No entanto, solicitamos sua colaboração para que possamos obter melhores resultados no estudo empreendido. Sempre que você queira mais informações sobre este estudo pode entrar em contato com a profa. Darli Collares, orientadora do presente estudo, pelo fone 51- 991136231 e e-mail professoradarli@gmail.com, ou diretamente com a investigadora Sirlei Ribeiro, pelo fone (51) 993741347 e e-mail sirlei.ribeiro37@gmail.com.

Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Acima de tudo, interessam os dados coletivos e não aspectos particulares de cada entrevistado. Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas. Não terá, também, nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Em caso afirmativo, solicitamos que preencha os itens que se seguem, agradecendo, antecipadamente, sua disponibilidade e contribuição.

Atenciosamente,

Sirlei Ribeiro
Graduanda do Curso Licenciatura em
Pedagogia

Profª Drª Darli Collares
Orientadora do Estudo

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____, de forma livre e esclarecida, aceito participar desta pesquisa.

Assinatura

Local e data